



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



**TÍTULO: REFLEXOS DOS PLANOS DE RECUPERAÇÃO DE BRASIL E ARGENTINA
NOS SEUS ORÇAMENTOS (1986-1990)¹**

Fábio Sabini²

George Lucas Freitas Cavalcante³

Renato Nery⁴

Coordenador do artigo: Prof. Dr. Edival Braga⁵

Trabalho escrito com finalidade de avaliação na Disciplina de Direito Financeiro, ministrada pelo Professor Dr. Edival Braga.

Resumo: Este artigo científico analisa como tema os reflexos dos planos econômicos do Brasil e da Argentina, no período compreendido entre 1986 e 1990, em seus orçamentos, sob o enfoque de um contexto histórico conturbado apresentado pela redemocratização da região. Primeiramente, abordar-se-á a apresentação dos modelos econômicos que marcam o período de governo de José Sarney, em suma, Planos Cruzado e Cruzadinho, Plano Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão, bem como o período inicial do governo Collor, através do Plano Brasil Novo, ou Plano Collor I, passando por uma análise orçamentária dos períodos e dos reflexos econômicos apresentados pela Argentina, através do Plano Austral. Dessa forma, pormenorizar-se-á todo um trabalho histórico-econômico, que retrata a real situação político-econômica da região, que passa por um processo de redemocratização, controle inflacionário e reaquecimento econômico.

Palavras-chave: Financeiro; Orçamento; Planos de Recuperação; Brasil e Argentina.

Sumário: 1. Introdução; 2. Reflexos dos Planos de Recuperação do Brasil no Orçamento, 2.1 O Plano Cruzado, 2.2 O Plano Bresser; 2.3 O Plano Verão, 2.4 Plano Brasil Novo (Plano Collor I), 2.5 Análise das Receitas Totais em Relação às Receitas Tributárias e Receitas de Contribuições.; 3. Reflexos dos Planos de Recuperação da Argentina no Orçamento, 4.1 O Plano Austral, 4. Considerações Finais; 5. Referências Bibliográficas

1. INTRODUÇÃO

Durante os anos de 1980, as duas maiores economias da América do Sul viram-se imersas em uma crise econômica de proporções inimagináveis. Os governos que emergiam, produto de coalizões partidárias pouco duradouras, tiveram enorme dificuldade em conduzir o futuro dessas nações em meio à profunda instabilidade política, econômica e social. Para tanto, tiveram de lançar

¹ O artigo passou por uma revisão gramatical realizada pelo ChatGPT em 2026, de modo que foi mantida a originalidade do conteúdo do artigo.

² Acadêmico da Universidade Federal de Roraima – UFRR, bacharelado em Direito, 7º semestre. Brasil.

³ Acadêmico da Universidade Federal de Roraima – UFRR, bacharelado em Direito, 7º semestre. Brasil.

⁴ Acadêmico da Universidade Federal de Roraima – UFRR, bacharelado em Direito, 7º semestre. Brasil.

⁵ Professor de Direito Financeiro da Universidade Federal de Roraima - UFRR



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



mão de diversos planos de recuperação econômica a fim de fomentar a recuperação dos países, sendo que os efeitos do mais bem sucedido plano de recuperação, o Plano Real, podem ser sentidos até os dias hodiernos. O presente artigo busca identificar os planos de recuperação lançados pelos governos de Brasil e Argentina entre o período de 1986 a 1990, e os seus respectivos reflexos nos orçamentos desses países, a fim de esclarecer os principais setores e grupos sociais sacrificados pela inércia de governos corruptos e inconsequentes.

2. Reflexos dos Planos de Recuperação do Brasil no Orçamento

2.1. O Plano Cruzado

Tancredo Neves, eleito indiretamente para presidente da República, após um período sob o comando dos militares, teve sua vitória recebida com entusiasmo e esperança pela maioria dos brasileiros, justamente por ser um político moderado e contrário ao regime autoritário, tinha a missão de redemocratizar o país, contudo na véspera de sua nomeação teve de ser internado e acabou por falecer, José Sarney, seu vice, assume interinamente a presidência.

Seu governo tinha a difícil missão de reverter o viés do governo anterior, com o descontrole econômico, inflação fora de controle e um grande déficit público, todos esses problemas marcaram o início de seu governo.

No dia 1º de março de 1986 foi instituído o "**Plano Cruzado**". Essa reforma monetária cortou três zeros, e o "Cruzeiro" foi substituído pelo "Cruzado", seguido de um congelamento de preços, tudo isso sob o comando do ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Essa reforma monetária tinha como objetivo reequilibrar a economia e resgatar o prestígio do governo que já estava um tanto abalado.

O "**Plano Cruzado I**" teve como princípio o congelamento de preços por um ano, e os salários foram congelados, pelo valor médio dos últimos seis meses, mais um abono de 8%. Também foi criado o "gatilho salarial", toda vez que a inflação atingir ou ultrapassar 20% os salários teriam correção automática com o mesmo índice, mais as diferenças negociadas nos dissídios coletivos das diferentes categorias. A correção monetária foi extinta e criada o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), para correção da poupança e aplicações financeiras superiores a um ano.

No início, o povo foi tomado por uma grande euforia, onde todos os consumidores foram



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



convocados a se tornar fiscal do Sarney, denunciando as remarcações, para que o congelamento tivesse êxito. A inflação foi contida, o poder aquisitivo cresceu, Com o aumento dos salários e o congelamento, aumentou-se o consumo, porem a forte demanda abalou o congelamento e levou o Plano Cruzado ao fracasso. Com quatro meses de vida o plano já mostrava a sua fragilidade, as mercadorias desapareceram das prateleiras dos supermercados, os fornecedores cobravam ágio e a inflação volta a subir.

A equipe econômica do governo logo percebeu os perigos no superaquecimento da economia, o que ocasionou em desavenças na equipe econômica do governo, em que alguns defendiam a liberação de parte dos preços, ou seja, um descongelamento parcial nos preços, O **"Plano Cruzado I"** teve como princípio o congelamento de preços por um ano, e os salários foram congelados, pelo valor médio dos últimos seis meses, mais um abono de 8%. Também foi criado o "gatilho salarial", toda vez que a inflação atingir ou ultrapassar 20% os salários teriam correção automática com o mesmo índice, mais as diferenças negociadas nos dissídios coletivos das diferentes categorias. A correção monetária foi extinta e criada o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), para correção da poupança e aplicações financeiras superiores há um ano.

No início o povo foi tomado por uma grande euforia, onde todos os consumidores foram convocados a se tornar fiscal do Sarney, denunciando as remarcações, para que o congelamento tivesse êxito. A inflação foi contida, o poder aquisitivo cresceu, Com o aumento dos salários e o congelamento, aumentou-se o consumo, porem a forte demanda abalou o congelamento e levou o Plano Cruzado ao fracasso. Com quatro meses de vida o plano já mostrava a sua fragilidade, as mercadorias desapareceram das prateleiras dos supermercados, os fornecedores cobravam ágio e a inflação volta a subir.

O Cruzadinho consistia num pacote fiscal para desaquecer o consumo e, ao mesmo tempo, financiar um plano de investimentos em infraestrutura e metas sociais, considerado prioritário pelo presidente Sarney. Os aumentos de preços provocados pelo pacote, porém, foram expurgados do índice oficial de inflação — a fim de evitar o acionamento do gatilho salarial. O descontentamento com o pacote foi geral: era insuficiente para desaquecer o consumo e gerou poucos recursos para financiar o programa de investimentos anunciado pelo governo.



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



O Cruzado II era um novo pacote fiscal, com o objetivo de aumentar a arrecadação em 4% do PIB. O governo anunciou o aumento de impostos indiretos em produtos da “ponta” do consumo (automóveis, cigarros e bebidas). A ideia do governo consistia em aumentar, basicamente, preços de bens finais, com o objetivo de evitar repasses ao longo da cadeia produtiva. Entretanto, além desses, haviam sido autorizadas remarcações nas tarifas de energia elétrica, telefones e tarifas postais.

O Cruzado II foi, assim, a válvula de escape para o abandono do congelamento. Os preços começaram a ser corrigidos, e a taxa mensal de inflação em janeiro de 1987 atingiu 16,8%, acumulando mais de 20% desde março de 1986. A consequência foi o acionamento do gatilho salarial. O fim oficial do Plano Cruzado ocorreu em fevereiro de 1987, com a decretação da extinção do congelamento dos preços. Finalmente, com a expressiva piora das contas externas, foi decretada, em fevereiro de 1987, moratória dos juros externos, o que diminuiu ainda mais a entrada de recursos externos no país. Pouco tempo depois, em abril, Dílson Funaro e sua equipe pediram demissão.

2.2 O Plano Bresser

O "**Plano Bresser**" foi apresentado por Bresser Pereira que assumiu o ministério da Fazenda em 29 de abril de 1987, com sérios problemas de inflação e um mês depois de sua posse a inflação atingiu 23,26%. O grande vilão era o déficit público, onde o governo gastava mais do arrecadava, então em junho de 1987 foi apresentado o "Plano Bresser" onde decretava congelamento de preços, dos alugueis e salários por 60 dias. E para diminuir o déficit público toma algumas medidas, como: aumentar tributos eliminou o subsidio do trigo e as obras de grande porte já planejadas foram adiadas, entre elas o trem bala entre São Paulo e Rio, Ferrovia Norte Sul, pólo-petroquímico do Rio de Janeiro e desativa o gatilho salarial. Retomou as negociações com o FMI suspendendo a moratória. Mesmo com todas essas medidas a inflação chegou a 366% em dezembro de 1987.

Diante, porém, da resistência à proposta de reforma tributária e com a crescente insatisfação da população, o ministro Bresser-Pereira pediu demissão, sendo substituído por Maílson da Nóbrega, funcionário do Banco do Brasil, em janeiro de 1988.

O novo ministro repudiou as ideias de combate à inflação e propôs uma política gradualista, com o intuito de estabilizar a inflação em 15% ao mês e reduzir, também gradualmente, o déficit



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



público. As propostas ganharam a alcunha de “Política do Feijão com Arroz”, que se baseava no congelamento dos valores nominais dos empréstimos do setor público e na contenção salarial do funcionalismo público.

Porém, em 1988, o fato mais marcante foi a promulgação da Constituição, chamada de Constituição Cidadã, que dentre suas diversas conquistas preconiza a formalização de direitos trabalhistas e a obrigatoriedade na prestação de serviços básicos por parte do Estado.

Apesar dos diversos avanços em relação aos direitos, do ponto de vista econômico, a nova Constituição afetou severamente a capacidade de o Governo Central controlar as contas públicas, principalmente, por três fatores: crescimento da vinculação de receitas do governo; redução da participação dos gastos federais no total do gasto público, diminuindo com isso a sua capacidade de controlar os dispêndios; e incremento das despesas com a Previdência.

2.3 O Plano Verão

O fracasso da “política do feijão com arroz” no combate à inflação levou a uma radicalização das propostas de desindexação, que resultaram no anúncio, em 14 de janeiro de 1989, do Plano Verão.

O novo Plano foi anunciado também como um programa híbrido, que continha elementos ortodoxos (como redução de despesas de custeio, reforma administrativa para reduzir custos, limitações a emissões de títulos pelo governo e medidas de restrição de crédito) e heterodoxos (congelamento de preços e salários).

Assim como havia ocorrido no Cruzado, houve mudança na unidade monetária nacional, sendo criado o cruzado novo, correspondendo a mil cruzados. A nova moeda foi estabelecida como equivalente ao dólar, na paridade 1:1. Mas, ao contrário do primeiro plano e também do Plano Bresser, não foram decretadas novas regras de indexação, sendo o congelamento anunciado por tempo indeterminado.

Do ponto de vista da eficácia do Plano Verão, a inflação baixou no primeiro mês de sua implementação (fevereiro), mas, já em março, entrou em rota ascendente. Agora, sem nenhum mecanismo de coordenação de expectativas devido à extinção dos indexadores, cada agente olhava



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



o índice que melhor lhe convinha, e os períodos de reajuste de preços foram sistematicamente reduzidos. O resultado para a economia foi um grande aumento da inflação, que ultrapassou 80% ao mês no começo de 1990.

2.4 Plano Brasil Novo (Plano Collor I)

O Plano Collor I foi lançado já no dia 15 de março de 1990, mesmo dia da posse do novo presidente da República, Fernando Collor. Através deste, o cruzeiro foi reintroduzido como padrão monetário e foi promovido um novo congelamento de preços de bens e serviços. As medidas de congelamento foram desrespeitadas e pouco caracterizam o Plano. De fato, após sucessivos choques semelhantes, tais ações não contavam com a menor credibilidade. Foi na área financeira que se deu a maior mudança: o sequestro de liquidez. Todas as aplicações financeiras que ultrapassassem o limite de NCr\$50.000 (cerca de US\$1.200, ao câmbio da época) foram bloqueadas por um prazo de 18 meses. O governo se comprometia a devolver os cruzados novos bloqueados, transformados em cruzeiros, em 12 prestações iguais e sucessivas a partir de setembro de 1991.

O Governo Collor, em 1990, as privatizações integram a agenda de governo, formalizadas pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). Com o lançamento do PND, foi decretada a extinção da SEPLAN, e suas atribuições foram assumidas pela Secretaria Nacional de Planejamento, na estrutura do recém criado Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, nos termos da Lei nº 8.028, também do dia 12 de abril de 1990.

No que tange às medidas fiscais, o Plano Brasil Novo promoveu um aumento da arrecadação, através da criação de novos tributos, aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF) e outros; redução de prazos de recolhimento; suspensão de benefícios e incentivos fiscais não garantidos pela Constituição, além de uma série de medidas de combate à sonegação. Promoveu-se uma redução do número de ministérios e a extinção de uma série de autarquias, fundações e, inclusive, um conjunto significativo de demissões de funcionários públicos.

O diagnóstico do Plano Brasil Novo era de que existia uma “fragilidade financeira do Estado”, tese atribuída, embora não exclusivamente, a economistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O plano propunha resolver o problema da alta inflação através de uma



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



desindexação parcial da economia e desoneração temporária do pagamento de juros sobre a chamada “moeda indexada”.

O bloqueio dos recursos foi considerado uma inadmissível intervenção estatal, que tirava a confiança dos poupadores no sistema financeiro nacional, com graves consequências para o país. Outras medidas foram o congelamento de preços e o ajuste fiscal, que se baseava no aumento de receitas e não em corte de gastos; e o caráter fortemente recessivo do plano.

O plano tinha como fundamentos para o controle da inflação como a racionalização dos gastos nas administrações públicas, do corte das despesas e da aceleração do processo de modernização do parque industrial. Quanto a este ponto, a ideia é que a modernização ampliaria a oferta, a custos menores. O Plano também propunha dar fim a todo e qualquer tipo de indexação da economia, considerada a principal causa de retomada da inflação.

Receita das Tributárias e de Contribuições em Relação à Receita Total					
Ano do Orçamento	1986	1987	1988	1989	1990
Receitas Previstas	626.595.000.000,00	556.653.000,00	4.545.162.808,00	77.845.395.794,00	1.353.112.372,00
Receita Tributária	305.152.000.000,00	306.600.000,00	2.471.000.000,00	33.915.739.830,00	315.640.455,00
Receita de Contribuições	62.645.100.000,00	69.484.800,00	497.500.000,00	15.077.531.448,00	468.978.069,00
Percentual Receita Tributária	48,70%	55,08%	54,37%	43,57%	23,33%
Percentual Receita de Contribuição	10,00%	12,48%	10,95%	19,37%	34,66%



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



Inflação Período	79,65%	363,41%	980,22%	1972,91%	1620,96%
-----------------------------	---------------	----------------	----------------	-----------------	-----------------

2.5 Análise das Receitas Totais em Relação às Receitas Tributárias e Receitas de Contribuições.

Valores em moeda corrente do respectivo ano:

Moeda de 1986 - Cruzeiro (Cr\$)

Despesas totais em relação ao orçamento do Ministério da Previdência e Assistência Social, Encargos Financeiros e Previdenciários da União					
Ano do Orçamento	1986	1987	1988	1989	1990
Despesas Fixadas	626.595.000.000,00	556.653.000,00	4.545.162.808,00	77.845.395.794,00	1.353.112.372,00
Encargos Financeiros da União	243.012.300.000,00	121.832.017,00	1.246.590.126,00	19.347.952.231,00	322.122.207,00
Encargos Previdenciários da União	25.754.244.000,00	30.300.201,00	209.235.680,00	4.946.541.258,00	46.070.321,00
Ministério Previdência e Assistência Social	10.904.005.030,00	7.394.890,00	7.798.937,00	3.188.425.655,00	376.211.707,00
Percentual Ministério Previdência e Assistência Social	1,74%	1,33%	0,17%	4,10%	27,80%
Percentuais Encargos Financeiros União	38,78%	21,89%	27,43%	24,85%	23,81%
Percentuais Encargos Previdenciário da	4,11%	5,44%	4,60%	6,35%	3,40%



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



União					
Inflação Período	79,65%	363,41%	980,22%	1972,91%	1620,96%

Moeda de 1987, 1988 e 1989 - Cruzado (Cz\$)

Moeda de 1990 - Cruzado Novo (NCz\$)

Receita Tributária - Valor que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os Impostos, as Taxas, as Contribuições de Melhoria, os Empréstimos Compulsórios e as Contribuições Especiais.

Receita de Contribuições - Valor das receitas arrecadadas diretamente pela Previdência Social, oriundas de contribuições de empresas, empregadores domésticos, segurados, inclusive domésticos.

Análise Despesas totais em relação ao orçamento do Ministério da Previdência e Assistência Social, Encargos Financeiros e Previdenciários da União.

Valores em moeda corrente do respectivo ano:

Moeda de 1986 - Cruzeiro (Cr\$)

Moeda de 1987, 1988 e 1989 - Cruzado (Cz\$)

Moeda de 1990 - Cruzado Novo (NCz\$)

Encargos Financeiros da União - Recursos para saldar compromissos assumidos pela União, relativos à dívida interna e externa e às emissões de agente arrecadador do Tesouro, entre outros.

Encargos Previdenciários da União - Recursos destinados a pagamento dos proventos de aposentadoria e pensões dos servidores civis e militares da administração direta da União.

3 Reflexos dos Planos de Recuperação da Argentina no Orçamento



3.1 O Plano Austral

Raul Alfonsín chegou à presidência da Argentina em dezembro de 1983 em uma situação em que o déficit do setor público representava 15% do PIB do país, a taxa de inflação anual havia superado a marca dos 400% e o nível de investimento havia reduzido à metade em comparação com a situação de alguns anos antes. Além disso, a economia da nação carregava o peso de uma dívida externa de mais de 40 bilhões de dólares, o que exigia altos pagamentos de juros anuais e amortizações que a Argentina não era mais capaz de cumprir (até o final de 1983, o país tinha acumulado uma dívida 20 bilhões de dólares sem juros não pagos e amortizações não pagas).

Em tais condições, apenas medidas muito duras poderiam levantar a economia, mas Alfonsín optou, infelizmente, pelo caminho do populismo fácil, selando o destino da economia nacional. Estava prestes a se iniciar um novo ciclo populista na Argentina, mas dessa vez em circunstâncias tão urgentes que seria muito curto lapso entre a expansão populista e a necessidade de uma fredda estabilizadora. Em outras palavras, os dias em que o populismo poderia, pelo menos por um tempo, enganar a realidade tinham acabado para o país. Esta foi uma importante lição para o futuro. À Argentina nada restava senão o caminho da austeridade e de mudanças de verdade.

Em janeiro de 1984, o ministro da Economia, Bernardo Grinspun, lançou uma política econômica expansionista, rejeitando categoricamente qualquer ideia de crescimento em primeiro lugar e redistribuição mais tarde. Segundo ele, a situação social argentina não permitiria que essa sequência tão lógica entre crescimento e redistribuição, pois a um povo cada vez mais desesperado havia que se dar ambas as coisas simultaneamente. Esta opção político-econômica foi certamente desastrosa, ainda que não de todo incompreensível, já que o governo precisava de muito apoio popular para estabilizar a democracia. Além disso, era preciso encarar a nova pobreza que tinha começado a surgir no país, o que forçou o novo governo a lançar programas de alimentos para um milhão de pobres (*Programa Alimentario Nacional*) e a aumentar o orçamento de educação em um quarto, assim como a prometer de melhoras substanciais no salário real.

Esta política expansiva fracassou e a situação econômica piorou consideravelmente em 1984, com um forte déficit nas finanças públicas, uma inflação que se aproximava dos 700% ao ano, baixos níveis de investimento, um êxodo de capitais estimado em 22 bilhões de dólares e uma condição impossível no que diz respeito aos serviços de dívida externa. Em maio de 1985, o FMI e



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



outros organismos internacionais de crédito bloquearam novos créditos para a Argentina. Assim, o país estava falido. O Escapismo populista tinha desmoronado. Isso forçou a renúncia do Ministro da Economia e Alfonsín finalmente decidiu fazer um sério esforço para estabilizar a economia e resolver os grandes problemas estruturais da nação. Em 14 de junho, 1985, declarou que a Argentina se encontrava em estado de emergência econômica e anunciou um novo plano, denominado *Plan Austral* (“austral” era o novo nome da moeda que substituiria o peso).

O novo programa econômico foi um dos mais ambiciosos que a Argentina tinha lançado até o momento. Incluía tanto fortes medidas de estabilização como propostas de reformas estruturais. Os salários e os preços congelariam, o governo eliminaria o déficit orçamentário e pararia de imprimir moeda para cobrir o gasto fiscal, o Banco Central iria tornar-se independente, empresas estatais seriam privatizadas, se desregularia a economia e se liberaria o comércio exterior. O Plano Austral pode ser visto como um primeiro ensaio do programa de reformas que se levaria adiante durante a gestão Menem. Sua aplicação mostrou tanto o caminho para sair do desastre como as dificuldades que se apresentavam para seguir nesse rumo em um país com organizações poderosas e grupos de interesse muito fortes que, por décadas, haviam dado uma batalha devastadora pela redistribuição e pelos privilégios que de nenhuma maneira estavam dispostos a abandonar.

Após o sucesso inicial, o plano fracassou completamente depois de alguns anos. Alfonsín fez tentativas valentes para impor reformas, mas os obstáculos o superaram. Entre os fatores mais importantes de sua derrota, dois merecem ser observados com cuidado, porque Eles também são fundamentais para compreender o que aconteceria durante a presidência de Carlos Menem.

O primeiro destes dois fatores foi à desordem fiscal dos governos provinciais. Alfonsín reduziu com sucesso o orçamento do governo nacional e até mesmo conseguiu transformar um déficit fiscal de 6% do PIB em 1982 para um superávit de pouco mais de 5%, em 1985-1986. Mas o que poderia solucionar isso quando os déficits das administrações provinciais dispararam durante o mesmo período, excedendo a 7% do PIB em 1987? Aconteceu que os governos provinciais se esquivaram das consequências das medidas de austeridade do Plano Austral, pedindo emprestado -e gastando- mais dinheiro e, acima de tudo, expandindo o emprego do setor público para níveis incríveis. Um exemplo típico é La Rioja, uma província pobre do noroeste da Argentina, governada por Carlos Menem. De acordo com um artigo publicado pelo *The Economist* em outubro 1990,



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



intitulado "Carta de Menemlandia", o número de empregados da administração provincial cresceu de 12.000 para 40.000 entre 1983 e 1989, um número que representava mais da metade da população ativa de La Rioja em 1989. Eis como o citado artigo descreveu a situação: "Muitos desses empregados têm nada para fazer. Existem escolas com mais professores do que os alunos, e os corredores de edifícios do governo estão cheios de funcionários ociosos". Diante desse cenário, não pode haver dúvida de que Carlos Menem entendia muito bem que o país não tinha saída alguma sem uma reforma radical do setor público extremamente ineficiente como o da Argentina.

O segundo fator problemático estava representando fortes reivindicações salariais que impulsionaram a inflação e o déficit dos gastos públicos e criou um conflito no mercado de trabalho o remédio para a greve havia se tornado uma opção diária. Os controlados pelos sindicatos peronistas lançaram grandes ondas de greves, como tantas vezes tinha feito em ocasiões anteriores, quando Os radicais estavam no poder, e alcançou a nação vai se tornar mais e mais difícil de governar. Durante a presidência de Alfonsín, o país estava punido por treze greves e paralisações gerais de mil; no total Ele perdeu um escalonamento 83 milhões de dias de trabalho durante o período presidencial. A principal força motriz destes conflitos foram os funcionários públicos que tinham experimentado forte deterioração das suas condições de emprego como as finanças públicas Eles se tornaram cada vez mais caótico. Atingem os trabalhadores do setor mesmo público nas províncias pobres, como La Rioj acerca de 80 por cento dos dias de trabalho perdidos sob a presidência de Alfonsín.

A posição de Alfonsín foi enfraquecendo a partir de 1986, no meio de disputas trabalhistas, uma onda de protestos populares contra medidas de austeridade do governo e uma situação complicada no diz respeito ao legado da ditadura militar, em termos de violações aos direitos humanos. As eleições de 1987 selaram o destino político de Alfonsín. Os peronistas, que haviam recuperado a sua força tradicional para converterem-se mais uma vez no principal grupo político do país, ganharam a maioria na Câmara dos Deputados e conquistaram 16 dos 22 governos provinciais. Depois disso, o governo ficou cada vez mais paralisado e a situação piorou rapidamente. A renda per capita dos argentinos sofreu uma queda acentuada em 1988 e 1989, os investimentos caíram para níveis até então desconhecidos, a inflação eclodiu descontroladamente, o austral despencou e o país mais uma vez foi direto para a falência. Logo várias cidades foram palco de sangrentos saques por alimentos. O ciclo trágico da história da Argentina havia encerrado. A nação que outrora tinha



Ministério da Educação
Universidade Federal de Roraima
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO



alimentado tantos outros países via agora seus próprios filhos famintos se tornando saqueadores desesperados nas ruas.

4. Considerações Finais

Diante do que foi apresentado no artigo, podemos depreender de forma convicta que, na medida em que os orçamentos constituem meios de instrumentalizar as políticas públicas, através da previsão das receitas e da fixação das despesas, a pluralidade de planos econômicos adotados pelas duas maiores economias da América do Sul foi refletida nos seus respectivos orçamentos, seja pela restrição fiscal no gasto da máquina pública, seja pela expansão em determinados setores que fomentariam a recuperação desses dois países. As multicitadas crises podem ser definidas como oriundas de uma junção funesta de desmandos econômicos e repressão política, que teve sua conta paga, precipuamente, pelos cidadãos comuns, os mais afetados pelo desequilíbrio político, econômico e social.

5. Referências Bibliográficas

Economia brasileira contemporânea: 1945- 2010 / [organizadores Fabio Giambiagi... et al.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Economia brasileira / Antônio Corrêa de Lacerda... [et al.]; organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. — 4.ed. — São Paulo: Saraiva, 2010.

Is Latin America on the right track ? : ananalysis of medium-term frameworks and the budget process/Gabriel Filc, Carlos Scartascini.

Historia de lacrisis Argentina. Mauricio Rojas.Fundación CADAL, 2003.